

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA NOTURNO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Fabiana Pedrozo da Silva

**A IMPORTÂNCIA DA MERENDA ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO
DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Santa Maria, RS

2020

Fabiana Pedrozo da Silva

**A IMPORTÂNCIA DA MERENDA ESCOLAR, NO DESENVOLVIMENTO DAS
CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Pedagogia Licenciatura Plena Noturno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Pedagoga**.

Orientadora: Prof^a Dr^a Belkis Souza Bandeira

Santa Maria, RS
2020

Fabiana Pedrozo da Silva

**A IMPORTÂNCIA DA MERENDA ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO DAS
CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso em Pedagogia Licenciatura Plena Noturno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Pedagoga**.

Aprovado em 10 de dezembro de 2020:

Belkis Souza Bandeira, Dra. (UFSM)
(Presidente/ Orientadora)

Lúcia de Fatima Royes Nunes, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos meus familiares e amigos que acreditaram na realização deste sonho.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a Deus, aos meus pais, Nelson da Silva (*In Memoriam*) e Vera Lúcia Pedrozo, que sempre acreditaram no meu potencial e me incentivaram a nunca desistir dos meus sonhos.

A minha irmã Mariana Pedrozo que serviu de exemplo e motivação para que eu voltasse a estudar. Ao meu filho João Vítor ao qual quero que permaneça tendo orgulho de mim. Filho, você foi muito importante na minha graduação, me incentivando, apoiando, estando junto comigo em todos os momentos e mostrando que todo nosso esforço um dia seria recompensado.

Ao meu esposo Valsoni Giacomelli que sempre esteve comigo nesta nova caminhada que resolvi seguir, apoiando e incentivando. Quero dizer que sem o apoio de cada um de vocês, não existiria nenhum destes momentos e este sonho não se realizaria. Obrigada!

Agradecer as minhas colegas de Graduação que tiveram paciência e atenção comigo, sempre me mostrando o quanto sou capaz. Em especial a colega Leonela Leal, que me ajudou e incentivou durante toda a graduação.

Aos meus queridos mestres, em especial a Prof^a Dr^a Lúcia de Fatima Royes Nunes, que não deixou que eu desistisse do curso, em um momento difícil que enfrentei na minha vida.

A minha querida orientadora Prof^a Dr^a Belkis Souza Bandeira, a qual escolhi no primeiro semestre do curso, tanto foi a admiração e conexão que tive por/com ela, que acreditou no meu projeto e me incentivou.

Por fim, a minha tão amada UFSM, instituição de ensino, que tenho muito orgulho de fazer parte e onde fui tão bem acolhida nestes cinco anos de inúmeras aprendizagens.

Obrigada!

RESUMO

A IMPORTÂNCIA DA MERENDA ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

AUTORA: Fabiana Pedrozo da Silva
ORIENTADORA: Belkis Souza Bandeira

O presente estudo aborda a importância da alimentação escolar na Educação Infantil, tendo como objetivo identificar seus benefícios e contribuição no desenvolvimento infantil como um todo. O referencial teórico baseia-se em uma pesquisa bibliográfica com autores como: Basílio (2016), Custódio (2020) e o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A partir disso, salienta-se a importância da alimentação escolar para no desenvolvimento e a aprendizagem escolar das crianças, a partir da visão de como as crianças se apropriam, interagem e produzem suas experiências na escola, unificando-as aos contextos regional e cultural dos locais onde vivem, uma vez que a alimentação escolar é singular e distinta em cada cidade e região do país, pois as ofertas variam conforme estas regiões e as tradições alimentares, utilizando de alimentos locais e produtos produzidos nestes contextos. Ao final, destaca-se que a criança alimentada produz e desenvolve-se de forma mais integral, com mais dinamismo e energia.

Palavras-chave: Educação Infantil. Alimentação Escolar. Desenvolvimento integral.

ABSTRACT

THE IMPORTANCE OF SCHOOL FEEDING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

AUTHORA: Fabiana Pedrozo da Silva

ADVISOR: Belkis Souza Bandeira

This study addresses the importance of school feeding in Early Childhood Education, with the objective of identifying its benefits and contribution to child development as a whole. The theoretical framework is based on a bibliographical research, in the light of authors such as Basilio (2016), Custódio (2020), and the National School Feeding Plan (PNAE). It proposes a new look at school feeding, pointing to its importance in the development and school learning of children, from the vision of how they appropriate, interact and produce their experiences in school. Unifying them to the regional and cultural contexts of the places where they live, since school feeding is unique and distinct in each city and region of the country, using food and products produced in each of them. The conclusion is that the child fed produces and develops itself more integrally, with more dynamism and energy.

Keywords: Early Childhood Education. School feeding. Integral development.

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Necessidades nutricionais diárias.....	21
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CGU	Controladoria Geral da União
EEI	Escola de Educação Infantil
EEX	Entidades Executoras
Emater	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNA	Programa Nacional de Alimentação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação escolar
PNB	Programa Nutrição Brasil
PRONAN	Programa nacional de Alimentação e Nutrição
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
TCU	Tribunal de Contas da União
UEX	Unidade Executora

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2 EDUCAÇÃO INFANTIL	14
2.1 MERENDA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	15
2.2 O PNAE	18
3. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19	20
3.1 A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	22
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “A importância da merenda escolar, no desenvolvimento das crianças na educação infantil” teve como intenção, inicialmente, indagar acerca da importância da alimentação escolar para as crianças na Educação Infantil através da Merenda Escolar e sua relação com o processo de aprendizagem em sala de aula. Nesse sentido, o projeto inicial era de realizar uma pesquisa, por meio de entrevistas com docentes e discentes na Escola Municipal de Ensino Fundamental Oscar Grau, localizada no Bairro João Goulart, na rua Ivorá, número 71, Santa Maria, RS. Além disso, o projeto incluía entrevistas com nutricionistas, ligadas à Secretaria de Educação do Município de Santa Maria. No entanto, devido à pandemia do COVID-19, que atingiu o país – e o mundo – em 2020, motivando o cancelamento das atividades presenciais nos estabelecimentos de ensino, tanto da rede pública quanto da privada, o projeto foi reformulado e a presente pesquisa passou a ter caráter bibliográfico e documental.

A escolha da temática se deu em virtude do interesse e motivação de conhecer com mais profundidade este tema e problematizar acerca da importância do trabalho de merendeira, o qual exerço ao longo de 10 anos na rede pública estadual, passando pela experiência em 3 escolas públicas: a primeira foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Gomes, em Três Mártires, Distrito de Júlio de Castilhos, na região central do Rio Grande do Sul, a segunda foi o Instituto Estadual Prado Veppo e, atualmente, a Escola Estadual Coronel Pilar, ambas em Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar a importância da alimentação escolar no desenvolvimento das crianças pertencentes à educação infantil. Os objetivos específicos foram: pesquisar sobre a merenda escolar no momento atual de pandemia – COVID19 junto das leis e dos documentos normativos acerca da alimentação escolar e seus órgãos públicos que asseguram esse direito aos estudantes.

Durante as atividades laborais, foi possível dialogar com os professores regentes no momento em que os (as) alunos (as) merendavam. Estes relatos informais suscitaram a presente pesquisa, cuja hipótese inicial era de que os discentes apresentam mais disposição para aprendizagem na sala de aula depois que se alimentam.

Conforme Chaves (2006),

A infância é um período de grande desenvolvimento marcada por gradual crescimento da criança, especialmente nos primeiros três anos de vida e nos anos que antecipam a adolescência. Mais do que isso, é um período em que a criança se desenvolve psicologicamente, ocorrendo mudanças no comportamento e na sua personalidade. Essa fase da vida requer cuidados especiais, pois uma alimentação não saudável pode ocasionar consequências no desenvolvimento físico, mental e conseqüentemente na aprendizagem. (CHAVES, 2006, p.24).

Dessa forma, este trabalho está assim organizado além da presente introdução: no capítulo seguinte, discute-se sobre a Educação Infantil; o subcapítulo 2.1 trata da merenda escolar na Educação Infantil e o subcapítulo 2.2 sobre o PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar. No segundo capítulo, é apresentada uma discussão acerca da distribuição de merenda escolar durante a pandemia de Covid-19 e, no subcapítulo 3.1, sobre a importância da alimentação escolar na Educação Infantil.

Como já foi mencionado anteriormente, em virtude das circunstâncias expostas, o presente trabalho de pesquisa é de cunho bibliográfico, mas é importante salientar, que as experiências profissionais da autora, a situam como agente no processo de observar e autoquestionar-se e, nesse sentido, constituiu-se o projeto desta pesquisa, abordando a importância da merenda escolar na Educação Infantil. Conforme Cruz-Neto e Minayo (1994, p. 59), “a técnica de observação participante contribui e estimula o contato direto do pesquisador com a realidade pesquisada, pois, o observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação direta com os observadores”.

Também pode-se destacar que a metodologia adotada se trata de um método qualitativo, pois este se dá, segundo Leininger (1985), essencialmente por interpretar a totalidade do que está sendo estudado em um contexto particular, sob o ponto de vista das pessoas envolvidas. Sendo assim, a pesquisa se complementa com as duas abordagens, uma vez que, para realizá-la, foi necessária uma coleta de dados, por meio de consulta aos documentos legais governamentais, que embasam e sustentam a oferta de merenda escolar.

Diante desses fatos, ao conversar com alguns professores da referida Escola, antes da pandemia de Covid-19 instaurar-se no país, foi possível identificar que, segundo eles, os alunos tinham um maior rendimento em sala de aula após a merenda escolar, reforçando o interesse na realização deste trabalho. Nessa perspectiva,

Custódio (2010, p.3) defende que “dentre os fatores que podem influenciar o desenvolvimento intelectual do indivíduo, hoje se acredita que a força da nutrição pode desenvolver o cérebro, melhorando a inteligência e combatendo desgastes causados pelos dias modernos”.

Assim, a partir deste ponto de partida, dá-se início ao desenvolvimento da pesquisa, com a ênfase na alimentação escolar como importante elemento no desenvolvimento infantil e na aprendizagem escolar, em particular em comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Para isso, o próximo capítulo inicia trazendo um breve relato sobre a Educação Infantil e sua importância na formação das crianças, desde os valores sociais até o reconhecimento de qual o seu papel dentro da escola e da sociedade, defendendo a tese que, dada a importância em seu processo de desenvolvimento, as crianças devem incentivo à autonomia ao longo desta etapa escolar.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Considera-se Educação Infantil a primeira etapa da educação básica, compreendendo crianças na faixa etária entre 0 e 6 anos de idade. Esta etapa da escolarização é de fundamental importância para o desenvolvimento das crianças, seja na parte cognitiva e motora, quanto social e emocional. Segundo a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2013), a etapa está dividida em duas partes: a creche, de 0 a 3 anos, e a pré-escola, de 4 a 5 anos e 11 meses, fase está em que a criança tem o convívio com outras de sua idade e de diferentes etnias, crenças e diversas condições socioeconômicas. É a fase de ambientação com a sociedade e o período de criar seus laços e pertencimento aos seus locais de convívio, tanto na escola como em suas casas.

A Primeira Infância compreende a fase dos 0 aos 6 anos e é um período crucial no qual ocorre o desenvolvimento de estruturas e circuitos cerebrais, bem como a aquisição de capacidades fundamentais que permitirão o aprimoramento de habilidades futuras mais complexas. Crianças com desenvolvimento integral saudável durante os primeiros anos de vida têm maior facilidade de se adaptarem a diferentes ambientes e de adquirirem novos conhecimentos, contribuindo para que posteriormente obtenham um bom desempenho escolar, alcancem realização pessoal, vocacional e econômica e se tornem cidadãos responsáveis. (FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL, 2013. p.3).

A Educação Infantil é ofertada nas escolas municipais e particulares. Salvo o IPÊ Amarelo, localizado na Universidade Federal de Santa Maria, RS, que pertence a uma instituição federal. Nestes ambientes, as crianças socializam, inventam, imaginam, brincam, interagem com as outras, aprendem e fortalecem laços criando laços afetivos semelhantes a uma família na turma. A socialização de diferentes culturas, crenças e ideologias é o que torna a Educação Infantil singular e enriquecedora na vida das crianças, que crescem e evoluem em ambientes que as estimulem a desenhar, esculpir, modelar, saltar, falar, cantar, pesquisar, viver experiências científicas e práticas dos cotidianos que elas trazem para a escola em forma, muitas vezes, de relatos.

A Educação Infantil é importante, pois cria condições para que as crianças possam conhecer e descobrir novos valores, costumes e sentimentos, através das interações sociais e nos processos de socialização, o desenvolvimento da identidade e da autonomia. (TEIXEIRA; VOLPINI, 2014, p. 80).

A socialização da criança está inteiramente relacionada ao desenvolvimento da identidade e da autonomia, uma vez que as interações sociais se dão a partir da ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas. São adultos e crianças de várias origens socioculturais, de diferentes religiões, etnias, costumes, hábitos e valores.

As crianças que frequentam creches aprendem a compartilhar o espaço, os brinquedos e até mesmo os próprios sentimentos, nesta primeira etapa a educação não está voltada para conteúdo ou conhecimento formal, pois a Educação Infantil atua sobre a interação e a brincadeira, fazendo com a criança aprenda a se relacionar com outras crianças, cria suas próprias experiências e passam a ter privacidade. (TEIXEIRA; VOLPINI, 2014 p. 81)

Assim, nas escolas de Educação Infantil, os profissionais da área da pedagogia são de extrema importância para o desenvolvimento pleno destas crianças, potencializando suas capacidades cognitivas, afetivas e sociais. Portanto, é fundamental que esses profissionais disponham de cuidados com as crianças, que valorizem a sua criatividade e usem materiais, brinquedos, livros em quantidade suficiente, variados e adequados à faixa etária destes alunos. O ambiente escolar deve conter um espaço dinâmico e é importante que o lugar seja explorado adequadamente, com fácil acesso e seguro.

2.1 MERENDA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A merenda escolar está intrinsecamente ligada à Educação Infantil, pois, segundo dados oficiais, é comprovado que, depois de uma boa alimentação, o cérebro humano tem maior índice de desenvolvimento e aprendizagem. Em 1952, a Comissão Nacional de Alimentação criou o plano “A Conjuntura Alimentar e o Problema de Nutrição no Brasil”, atendendo a necessidades nutricionais, como a expansão da merenda escolar, assistência alimentar a adolescentes, programas regionais de fornecimento de gêneros alimentícios (agroindústrias), enriquecimento da alimentação básica e apoio à indústria de alimentos. Deste projeto, sobreviveu apenas a campanha da merenda escolar, sob o controle do Ministério da Educação a partir de 1955.

O governo federal, no decorrer dos anos, criou inúmeros programas para suprir às necessidades alimentares, principalmente nas escolas com as populações mais vulneráveis, como por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan) e o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), ambos vinculados ao Ministério da Saúde, entre os anos de 1972 a 1989. O Inan foi criado para dar assistência ao governo na formulação da política nacional de alimentação e nutrição. Já o Pronan era responsável por promover e fiscalizar a sua execução e avaliar os resultados além de estimular pesquisa científica de apoio.

O Programa Nutrição Brasil (PNB) foi aprovado no mesmo período do Inan e do Pronam, mas com o tempo específico de quatro anos, visando criar condições para que o Brasil se tornasse apto a planejar e conduzir uma política eficaz de combate à desnutrição. O programa era composto por quatro componentes: o primeiro era testar e comparar serviços e canais que fortalecessem programas de alimentação e nutrição, este foi o único com êxito juntando forças com a Emater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural); o segundo foi produzir alimentos de baixo custo e alto valor nutricional; o terceiro era referente ao planejamento e gestão, junto de acompanhamento e avaliação em políticas de alimentação e nutrição e, por fim, formação de um quadro interdisciplinar de técnicos e pesquisadores em políticas de alimentos e nutrição.

Desde então, a merenda escolar tem contribuído para estabelecer novas condições alimentares dos alunos, como também incentivar a produção familiar local. Atualmente, são destinados, pela união, diariamente, para cada aluno: creches, R\$ 1,0 por crianças, pré escola, R\$ 0,50, escolas indígenas e quilombolas, R\$ 0,60, Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos, R\$ 0,30, Ensino Integral, R\$ 1,00, Alunos do programa mais educação, R\$ 0,90, alunos que frequentam o atendimento Educacional Especializado no contraturno, R\$ 0,50. (HENKES, 2015, p. 3)

Hodiernamente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches (R\$ 1,07); Pré-escola (R\$ 0,53); Escolas indígenas e quilombolas (R\$ 0,64); Ensino fundamental e médio (R\$ 0,36); Educação de jovens e adultos (R\$ 0,32); Ensino integral (R\$ 1,07); Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (R\$ 2,00); Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno (R\$ 0,53).

Devido às políticas públicas que se instauraram no Brasil em décadas anteriores, o país alcançou, nos últimos anos, importantes mudanças no padrão de consumo alimentar, mas, segundo informações do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), o Brasil é considerado um país onde a fome e a desnutrição ainda são problemas a serem enfrentados. Dessa forma, as instituições escolares têm um papel fundamental neste processo, uma vez que,

A escola tem papel de fornecer a refeição baseada nas recomendações nutricionais de cada criança, considerando o tempo em que elas estão naquele espaço. E também promover ações capazes de introduzir novos alimentos e fazer com que os estudantes conheçam, manipulem e mastiguem novos alimentos. (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2013).

Muitos especialistas ressaltam que alimentação é uma extensão da proposta pedagógica da escola. Para tanto, além da orientação para a formação dos hábitos alimentares saudáveis, deve-se buscar diálogos com os valores culturais, sociais e afetivos, além dos emocionais e comportamentais a cada proposta de mudança, somando ao desenvolvimento integral dos estudantes.

O tema deve estar presente transversalmente no currículo, sendo refletido no momento da alimentação, uma vez que as aprendizagens vão incidir diretamente na escolha dos alunos. “eles aprendem a ter autonomia, pensar sobre a importância de variar a composição do prato, a refletir sobre o desperdício dos alimentos”, explica a especialista. (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2013).

Destaca-se, ainda, que, a fim de que a alimentação chegue até o prato dos estudantes, um profissional muito importante responde por isso, que são os/as merendeiras. Esses profissionais vão além do preparo da comida, pois passam por cursos de capacitação para que seja possível a realização de uma alimentação saudável para a melhor aprendizagem dos estudantes. De acordo com o Centro de Referência em Educação Integral (2013), “essa pessoa é que pensa o prato e manipula os alimentos; tudo isso pode influenciar na aceitação dos estudantes. Há um poder de influência sobre eles e isso também tem de ser educativo”.

Neste conjunto de iniciativas governamentais, em 1955, foi criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que tem por objetivo garantir merenda escolar aos alunos na educação básica matriculados em escolas públicas. Esse programa será abordado na seção seguinte,

2.2 O PNAE

O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) é o programa que oferta alimentação escolar, além de ações no campo da educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Cabe ao governo federal fazer o repasse da verba, para estados, municípios e escolas (instituições) federais. Os valores financeiros são efetuados em 10 parcelas (fevereiro a novembro) que contemplam 200 dias letivos, o valor é repassado conforme o número de matriculados em cada instituição de ensino cadastrada.

O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade e comunidade escolar, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

O valor repassado pela União a cada estado e município por dia letivo por criança é definido de acordo com a etapa/modalidade de ensino, conforme já apresentado na seção anterior.

Com a criação da Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo PNAE deve ser investido na aquisição de produtos da agricultura familiar, como uma maneira de fomentar e estimular o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades produtoras de insumos alimentares.

Os órgãos/áreas gestoras do sistema operacional que deliberam a respeito de quais instituições irão participar e receber as distribuições mensais do PNAE são: (PNAE,2020).

- **Governo Federal**, por meio do FNDE – responsável pela definição das regras do programa. É aqui que se inicia o processo de financiamento e execução da alimentação escolar.
- **Entidades Executoras (EEx)** – secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as escolas federais, que se responsabilizam pelo desenvolvimento de todas as condições para que o PNAE seja executado de acordo com o que a legislação determina.
- **Unidade Executora (UEX)** – sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à escola, sem fins lucrativos, que pode ser instituída

por iniciativa da escola, da comunidade ou de ambas. As Unidades Executoras podem ser chamadas de “Caixa Escolar”, “Associação de Pais e Mestres”, “Círculo de Pais e Mestres” ou “Unidade Executora”. Representam a comunidade educativa.

- **Conselho de Alimentação Escolar** – responsável pelo controle social do PNAE, isto é, por acompanhar a aquisição dos produtos, a qualidade da alimentação ofertada aos alunos, as condições higiênico-sanitárias em que os alimentos são armazenados, preparados e servidos, a distribuição e o consumo, a execução financeira e a tarefa de avaliação da prestação de contas das EEx e emissão do Parecer Conclusivo.

Além disso, as instituições que apoiam o PNAE são as elencadas abaixo:

- **Tribunal de Contas da União e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União** – órgãos de fiscalização do governo federal.
- **Ministério Público Federal** – em parceria com o FNDE, recebe e investiga as denúncias de má gestão do programa.
- **Secretarias de Saúde e de Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios** – responsáveis pela inspeção sanitária, por atestar a qualidade dos produtos utilizados na alimentação ofertada e por articular a produção da agricultura familiar com o PNAE. (PNAE, 2020).

3. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19

Durante o momento de isolamento social, devido à pandemia de Covid-19 que assola o país e mundo em 2020, percebe-se como a solidariedade vem sendo um acalanto e uma certeza para acreditar-se que tudo vai passar e ficará bem se forem respeitadas as orientações da OMS, seus avisos sobre a necessidade de distanciamento social e as portarias emitidas em virtude do avanço ou retração do vírus em cada país, estado ou cidade.

No Brasil, foi sancionada a lei 13.987, de 04 de abril de 2020, que revoga a lei 11.947, de 16 de junho de 2009, determinando que os repasses do PNAE sejam feitos mesmo neste período e que os estados devem comprar e fornecer aos seus alunos de forma imediata cestas alimentares para complementar a alimentação de seus alunos no período de ensino remoto. No Art. 1º, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 21-A:

Art. 21-A. Durante o período de suspensão das aulas nas escolas públicas de educação básica em razão de situação de emergência ou calamidade pública, fica autorizada, em todo o território nacional, em caráter excepcional, a distribuição imediata aos pais ou responsáveis dos estudantes nelas matriculados, com acompanhamento pelo CAE, dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos, nos termos desta Lei, à conta do Pnae. (BRASIL. Lei 11.947/09)

Esta emenda constitucional 11.947/09 passou a vigorar na lei 13.987/20 e determina a distribuição e garantia de alimentação aos alunos de escolas e instituições públicas no período da pandemia ou qualquer outra calamidade pública, que possa, por ventura, acontecer.

No estado do Rio Grande do Sul, a distribuição está sendo realizada pela Secretaria Estadual da Educação (Seduc). O repasse foi, no primeiro momento, de 185 mil cestas básicas contendo 24 quilos de alimentos cada uma, o que totaliza um investimento de cerca de R\$ 22 milhões e mais de 4,5 mil toneladas de comida, distribuídos para os alunos das instituições escolares do estado, com início das primeiras remeças em 24 de abril de 2020, para a região distintas conforme os índices de necessidades estruturais das famílias beneficias por programas governamentais, como bolsa família e Cadastro único.

A lista de alimentos entregue pelo estado nas cestas por aluno é a seguinte:

Açúcar Tipo Cristal — 5 quilos.
Arroz Branco — 5 quilos.
Biscoito sortido — 1 pacote de 400 gramas.
Café — 1 pacote de 500 gramas.
Farinha de milho — 1 quilo.
Farinha de trigo — 3 quilos.
Feijão — 2 quilos.
Leite em pó — 2 pacotes.
Macarrão — 5 pacotes.
Molho de tomate — 3 unidades de 340 gramas.
Óleo Vegetal — 2 unidades.
Salsicha em conserva — 5 latas de 180 gramas

Já a lista de Alimentos da Agricultura Familiar é a seguinte:

Ovos – uma dúzia.
Banana – 1kg.
Laranja – 1\2 kg.
Maça – 1\2 kg.
Brócolis – 1 unidade.
Couve – 1 maço.
Alface – 1 pé.
Cebola – 300 g.
Tomate – 300 g.
Batata Inglesa – 1\2 kg.
Bebida Láctea – 1 litro.

O controle da entrega das cestas básicas é realizado pela equipe diretiva de cada escola do estado e a distribuição é feita por matrícula dos alunos, que levam as cestas para casa. Por isso, há famílias que levaram para casa mais de uma, devido ao número de crianças matriculadas e frequentando a escola.

3.1 A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A cartilha “Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças” , do Ministério da Educação e Secretaria de Educação Básica, de autoria de Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg, membros da Equipe de Pesquisa sobre Creche do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, com a primeira edição foi lançada em 1995, (BRASIL, 2009) salienta que a creche atende crianças de 6 meses até 4 anos de idade e na Educação Infantil às crianças de 4 a 6 anos. O documento traz uma lista de direitos que as crianças têm, como o de uma alimentação sadia e que enriqueça seus hábitos tanto alimentares, quanto de participação e produção das refeições. A cartilha propõe os seguintes direitos:

- Preparação dos alimentos com capricho e carinho;
- As crianças têm direito a um ambiente tranquilo e agradável para suas refeições;
- Planejamento de alimentos apropriados para as crianças de diferentes idades;
- Permissão para que tanto meninos e meninas participem de algumas atividades na cozinha, sempre que possível;
- Procurar respeitar preferências, ritmos e hábitos alimentares individuais das crianças;
- Procurar diversificar a alimentação das crianças, educando-as para uma dieta equilibrada e variada;
- Incentivar às crianças maiores a se alimentarem sozinhas;
- Ter água filtrada sempre acessível às crianças;
- Incentivar a participação das crianças na arrumação das mesas e dos utensílios, antes e após as refeições;
- Manter a cozinha é limpa e ventilada;
- Manter a despensa é limpa, arejada e organizada;
- Valorizar o momento da mamadeira, segurando no colo os bebês e demonstrar carinho para com eles;
- Ajudar os pequenos na transição da mamadeira para a colher e o copo;
- Procurar sempre incluir alimentos frescos nos cardápios;
- Procurar manter uma horta, mesmo pequena, para que as crianças aprendam a plantar e cuidar das verduras;

- As famílias devem ser informadas sobre a alimentação da criança e suas sugestões ser bem recebidas.

Esta lista contém os princípios básicos e reguladores dos projetos alimentares de todas as instituições de ensino, a partir dos quais as crianças são inseridas nas rotinas de organização das mesas da sala/refeitório para as refeições, no preparo de receitas como bolos, bolachas, além de sucos. Dessa forma, elas podem trocar experiências entre elas e entre os adultos envolvidos, bem como fazer parte do plantio de uma horta, mesmo que seja na própria sala de aula, em algum recipiente com alguns temperos, para que vejam a evolução/crescimento dos alimentos até a colheita para o preparo de suas refeições, o que constitui uma importante iniciativa visando incentivar e estimular uma alimentação saudável.

A lição a ser transmitida é de que se alimentar de forma saudável é primordial para o desenvolvimento integral dos indivíduos. Conforme informações do Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2014), o Brasil alcançou, nas últimas décadas, importantes mudanças no padrão de consumo alimentar devido à ampliação de políticas sociais nas áreas de saúde, educação, trabalho, emprego e assistência social. O Brasil ainda trava sérias batalhas contra a desnutrição, porém, em contrapartida, tem crescido os números de obesos no país, e as crianças estão incluídas nesses índices. É neste contexto que as escolas têm papel fundamental na formação alimentar e funcionam como guia para a criança e a sua família sobre alimentação saudável, sempre com participação de agentes preparados para tal informação, que em geral são os (as) nutricionistas.

Salienta-se que a importância da alimentação escolar na Educação Infantil está relacionada diretamente ao tempo que as crianças permanecem na escola e ao fato delas realizarem suas principais refeições na escola, principalmente crianças no turno integral, que tomam café da manhã, fazem o lanche, almoçam e jantam antes de voltarem para casa. Assim, a oferta de alimentos diversificados e saborosos fortalece a degustação e o gosto por uma variedade maior de alimentos consumidos por estas crianças.

Muitas vezes, é na escola as crianças experimentam frutas diversificadas, aumentando seu paladar, aprendem que fruta serve como sobremesa, que um prato colorido é saboroso e saudável. Além disso, tal incentivo fomenta a criação de hábitos alimentares espontâneos de provarem todos os alimentos ofertados, como nas saladas, constituídas por muitas das hortaliças e que são servidas em pequenas

porções, até o paladar ir acostumando e se tornarem parte da rotina alimentar. A escola, assim, além de meio de socialização e desenvolvimento das crianças é também um lugar de conhecer e experimentar o novo e diferente, do qual a alimentação faz parte destas descobertas.

Na Educação Infantil, trabalhar a alimentação é uma construção diária de toda a equipe, professores, nutricionistas, cozinheiras e, principalmente, das famílias, porque as crianças precisam ser apresentadas aos alimentos em suas variedades e isto é possível através de histórias, filmes, degustações, participação na elaboração de receitas, atividades com as famílias, como por exemplo, livros de receitas criados e produzidos pelas crianças.

A resolução 26, de 17 de junho de 2013, do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação, junto ao artigo 14 (BRASIL, 2013), traz que o cardápio escolar deve ser planejado respeitando e considerando a cultura e os hábitos alimentares locais, bem como a produção agrícola da região. Os cardápios devem respeitar as faixas etárias e horários que melhor se adaptem e elas, desde o berçário até as crianças maiores. Na Tabela 1, são verificadas as instruções para cada nível da Educação Infantil junto das necessidades nutricionais e número de refeições.

Tabela 1 – Necessidades nutricionais diárias.

Escola	Necessidades nutricionais diárias	Nº refeições
Creche (período parcial)	30%	2
Creche (período integral)	70%	3
Comunidades indígenas/quilombolas	30% por refeição	
Demais alunos –período parcial	20%	1
	30%	2 ou+
Demais alunos – período integral	70%	3

Fonte: Organizado por Vanessa Manfre, com base em dados do FNDE.

Outro ponto importante de ressaltar é a alimentação como uma extensão da aprendizagem, ou seja, que as escolas devem lidar com o momento da alimentação

como uma extensão da proposta pedagógica, trazendo além da orientação e da formação dos hábitos alimentares saudáveis, referências para criar diálogos entre valores culturais, sociais, afetivos, emocionais e comportamentais somando ao desenvolvimento integral das crianças e seu aprimoramento da fala, mobilidade, motricidade e habilidade de negociação.

Nesse viés, o papel educativo/formativo das merendeiras na educação alimentar e nutricional das crianças vai para além do preparo, pois são as responsáveis por elaborar e manipular os alimentos; ou seja: a forma como é apresentada pode influenciar de maneira positiva ou negativa na aceitação das crianças pelo que lhes é ofertado. Esta influência sobre as crianças pelos pratos que são ofertados devem ser utilizados de forma educativa a fim de valorizar as merendeiras que têm papel importante na formação de hábitos alimentares.

Reforçando essas ideias, são apresentados alguns elementos do relatório de estágio realizado no ano de 2019, na Escola de Educação Infantil Santa Rita de Cássia, conveniada à Paróquia Santa Catarina e à Prefeitura Municipal de Santa Maria, com crianças de 3 e 4 anos, totalizando 18 crianças.

Nesta prática, foram disponibilizados temas variados que motivassem as crianças a participarem e trocarem experiências na turma, desde os elementos da natureza, cores, músicas (instrumentos musicais), movimentos (dança e brincadeiras), animais, passeios à praia, festas, e, o dado mais relevante no contexto desta pesquisa, fomos conhecer mais sobre as frutas e culinárias. O tema que mais agradou as crianças foi “QUE FRUTA É ESTA?”, pois foi assim que conheceram mais sobre as frutas e sua importância para o corpo, suas vitaminas e suas curiosidades, sempre dando ênfase para o protagonismo infantil nas rodas de conversas e nas expressões de seus saberes. O objetivo desta atividade foi que as crianças reconhecessem a importância de comer frutas e como elas auxiliam o organismo em tarefas cotidianas, como ir ao banheiro. Para isso, foram escolhidas as frutas mais comuns e de fácil acesso, como banana, maçã, abacaxi, abacate, mamão, melão, manga e morango, de forma a sensibilizar as crianças que as frutas são parte importante da alimentação e auxiliam no metabolismo.

Nesta semana, durante o período de estágio, também foram realizadas brincadeiras de tato, olfato e paladar, com as frutas que disponíveis na escola e, no dia seguinte, foi realizada uma visita a um supermercado próximo da escola. Ali, foram escolhidas, pelos estudantes, frutas para fazer salada de fruta para o lanche,

possibilitando que as crianças produzissem a salada, picando as frutas e descascando as que conseguiam. Foi um momento importante em vários sentidos: como experiência de aprendizagem acerca da alimentação saudável e de como as frutas fazem bem para o organismo e na alimentação, mas também uma vivência de protagonismo dos estudantes neste processo de produção, que teve um impacto positivo também na interação entre a turma.

Após este momento de culinária com as frutas, surgiu o interesse nas crianças de fazer mais receitas, então partiu-se para o bolo e “cupcakes”, primeiro foi feito um bolo de milho. Cada um ajudou colocando um pouco dos ingredientes e mexendo. Enquanto o bolo assava, foi feita uma receita ilustrada para deixar na sala, para não esquecerem as quantidades, na outra semana quiseram mais uma receita e foi a vez de “cupcakes deliciosos”. Esses momentos de culinária aproximaram a turma e as crianças que tinham dificuldade em aceitar alguns alimentos, como frutas, experimentaram por ter sido preparado por eles, tendo, assim, uma importância significativa para cada uma.

Considera-se a introdução e participação das crianças no preparo e escolha dos alimentos motivador para provarem, degustarem e, conseqüentemente, criarem laços com alimentos, os quais, até então, não lhes interessava tanto. Este envolvimento deveria ser parte recorrente nas turmas de Educação Infantil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, acolhendo crianças de 0 a 6 anos de idade. Esta fase é importante no desenvolvimento das crianças, seja ela cognitiva, motora, social e emocional.

A merenda escolar, na Educação Infantil, é parte importante na formação escolar das crianças, pois, com uma alimentação saudável e balanceada, o cérebro humano apresenta maiores índices de desenvolvimento e aprendizagem. Destacou-se, neste trabalho, que foi a partir de 1952, que a alimentação escolar se tornou obrigatória no Brasil e, desde então, vem sendo aprimorada com auxílio de nutricionistas e merendeiras, além de haver estudos e pesquisa sobre o tema, sendo desenvolvidos e analisados, buscando sempre diferentes maneiras de melhor atender aos (às) estudantes.

O PNAE é o programa nacional de alimentação escolar, ou seja, é o órgão responsável pelo repasse de verbas do fundo de alimentação escolar para estados e municípios. O valor é repassado em 10 parcelas, que atendem aos 200 dias letivos. Do valor repassado, 30% deve ser para aquisição de alimentos oriundos de produtos da agricultura familiar. O PNAE é fiscalizado pelo CAE, FNDE, TCU, CGU e Ministério Público.

Ainda, foi destaque neste trabalho, o fato de que a alimentação escolar, no período de pandemia do Covid-19, está sendo repassada às famílias de crianças matriculadas na rede pública de ensino e, vale salientar, que esses repasses de cestas básicas são distribuídas por matriculas, ou seja, uma única família poderá ganhar mais de uma, pois o número exato é por criança regularmente matriculada.

Ao encerrar este trabalho, torna-se importante destacar a atividade a qual desenvolvo ao longo da minha trajetória como merendeira em escola pública, uma vez que, esse foi um dos principais motivos pela escolha do tema desenvolvido nesta monografia. O papel desses profissionais vai além de somente o preparo do alimento, é uma atividade que envolve amor, carinho, dedicação, além de abranger o social de cada criança. Como sabe-se, o alimento colabora para um melhor aprendizado, na troca de experiência e vivências das crianças.

Por isso, este trabalho encerra-se com o destaque à importância da alimentação escolar na Educação Infantil para o desenvolvimento das crianças que

nela estão matriculadas. Este trabalho, nessa perspectiva, buscou contribuir de forma singela às discussões a respeito do tema.

REFERÊNCIAS

BASILIO, Ana Luiza. **Alimentação escolar é parte do processo de aprendizagem.** Centro de Referência em Educação Integral, 2016. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/alimentacao-escolar-e-parte-do-processo-de-aprendizagem/>> Acesso em: 14 Abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.987, de 07 de abril de 2020. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Ed. 67-B. Seção 1 – Extra, p.9. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm> Acesso em: 25 Mai. de 2020.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Conversão da Medida Provisória nº455, de 2008. **Diário Oficial da União**, Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm> Acesso em: 25. Mar. de 2020.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL
<https://educacaointegral.org.br/reportagens/alimentacao-escolar-e-parte-do-processo-de-aprendizagem/> Acesso 13 de jul. de 2020.

CHAVES, Lorena Gonçalves. **Políticas de Alimentação Escolar.** Brasília: Centro de Educação a Distância -CEAD, Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/12_pol_aliment_escol.pdf> Acesso em: 25 Mar. 2020.

CRUZ-NETO, Otávio; MINAYO, Maria Cecília de S. Extermínio: violentação e banalização da vida. **Cad. Saúde Pública**, 1994.

CUSTÓDIO, Ivanir Madoenho. **Influências da alimentação na aprendizagem.** <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1674-8.pdf>. Acesso em 02 de jul. de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf> Acesso em: 13 jul. de 2020.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **O que é Educação Infantil.** São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/>> Acesso em: 14 Abr. 2020.

HENKES, Michels. A merenda escolar: os caminhos do campo até a mesa. **Revista eventos pedagógicos articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências**. v.6, n.2, 15. ed. p. 180-189, jun./jul. 2015.

LEININGER M. **Qualitative research methods in nursing**. New York: Grune e Stratton, 1985.

TEIXEIRA, Héliça Carla; VOLPINI, Maria Neli. **A importância do brincar no contexto da Educação Infantil**: creche e pré-escola, 2014.
<http://repositorio.unifafibe.com.br:8080/xmlui/handle/123456789/473>
Acesso em: 14 Abr. 2020.